

PREGÃO ELETRÔNICO
053/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS/PB

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE PATOS/PB.

VALORTOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.416.376,37

Um milhão e quatrocentos e dezesseis mil e trezentos e setenta e seis reais e trinta e sete centavos

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Data para cadastro de propostas: 28/05/2024 às 09:00 horas;

Data para abertura de propostas: 11/06/2024 às 09:00 horas;

Início da sessão pública de lances: 11/06/2024 às 09:01 horas (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Sumário

1. DO OBJETO.....	4
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
8. DOS RECURSOS.....	15
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	18
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18
1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....	20
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	34
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.....	34
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	34
Sustentabilidade:.....	34
Subcontratação.....	34
Garantia da contratação.....	34
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	34
Condições de Entrega.....	34
Garantia, manutenção e assistência técnica.....	34
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	34
Fiscalização Técnica.....	35
Gestor do Contrato.....	35
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	36
Recebimento.....	36
Liquidação.....	37
Prazo de pagamento.....	38
Forma de pagamento.....	38
8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.....	38
Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.....	38
Forma de fornecimento.....	38
Exigências de habilitação.....	39
Habilitação jurídica.....	39
Habilitação fiscal, social e trabalhista.....	39
Qualificação Econômico-Financeira.....	40

Qualificação Técnica.....	40
9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	41
10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	42
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II).....	53
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	53
3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)	54
4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO	54
5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO(art. 92, V).....	54
6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI).....	54
7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)	54
8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)	54
9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII).....	55
10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII).....	57
11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV).....	57
12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)	59
13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)	60
14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III).....	61
15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES	61
16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO	61
17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, § 1º)	62

PATOS
POVO COMPETENTE
PREFEITURA DA GENTE

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS/PB
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2024

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Patos/PB, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediada à Rua Horácio Nóbrega, s/n, 1º andar, Bairro Belo Horizonte, Patos/PB, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE PATOS/PB**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>).
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Portal de Compras Públicas até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
 - 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.6.9. *peças jurídicas reunidas em consórcio*;
 - 2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá

participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário e valor total do item;
 - 4.1.2. Marca;
 - 4.1.3. Quantidade;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de

fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).**

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.9. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11.11. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.11.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.16. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.19.2.2. empresas brasileiras;
- 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 6.9.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 6.9.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos

quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, *parágrafo único*).
- 7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.
- 7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.
- 7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 9.1.5. fraudar a licitação
 - 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa;
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail pregao@patos.pb.gov.br ou na área específica do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Patos/PB, 27 de maio de 2024.



LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Saúde

PATOS
POVO COMPETENTE
PREFEITURA DA GENTE

ANEXO I TERMO DE REFERENCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE PATOS/PB, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

20

ITEM	NOME	QUANTIDADE	UNIDADE
1	AMBU-REANIMADOR PULMONAR MANUAL DE SILICONE (BOLSA-VÁLVULA-MÁSCARA) ADULTO, CONTENDO SACO RESERVATÓRIO, EXTENSÃO COM CONECTOR EM PVC, MÁSCARA DE SILICONE, BALÃO DE SILICONE AUTO INFLÁVEL, MEMBRANAS EM SILICONE, VÁLVULA DE REINALAÇÃO, VÁLVULA PARA BOLSA DE AR.	40	UNIDADES
2	AMBU-REANIMADOR PULMONAR MANUAL DE SILICONE (BOLSA-VÁLVULA-MÁSCARA) INFANTIL, CONTENDO SACO RESERVATÓRIO, EXTENSÃO COM CONECTOR EM PVC, MÁSCARA DE SILICONE, BALÃO DE SILICONE AUTO INFLÁVEL, MEMBRANAS EM SILICONE, VÁLVULA DE REINALAÇÃO, VÁLVULA PARA BOLSA DE AR.	20	UNIDADES
3	AMBU-REANIMADOR PULMONAR MANUAL DE SILICONE (BOLSA-VÁLVULA-MÁSCARA) NEONATAL, CONTENDO SACO RESERVATÓRIO, EXTENSÃO COM CONECTOR EM PVC, MÁSCARA DE SILICONE, BALÃO DE SILICONE AUTO INFLÁVEL, MEMBRANAS EM SILICONE, VÁLVULA DE REINALAÇÃO, VÁLVULA PARA BOLSA DE AR.	15	UNIDADES
4	ASPIRADOR PORTÁTIL, APARELHO DE SUÇÃO COMPACTO, COM ACIONAMENTO ELÉTRICO, BIVOLT, CONECTADO AO TUBO DE SUÇÃO E A ENTRADA DE BOMBA A VÁCUO. BOLSA INTEGRADA PARA USO E TRANSPORTE DE ACESSÓRIOS.	10	UNIDADES
5	BOLSA TÉRMICA PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTOS.	12	UNIDADES
6	BOLSA PARA TRANSPORTE DE MATERIAL DE SINAIS VITAIS.	12	UNIDADES
7	KIT BOLSA DE IMOBILIZAÇÃO E RESGATE MASTER PARA O SAMU	10	UNIDADES
8	BOLSA DE TRANSPORTE PARA MATERIAL DE VIAS AÉREAS	4	UNIDADES
9	BOLSA MÚLTIPLAS VÍTIMAS, KIT COMPLETO TRIAGEM PARA CATÁSTROFES E DESASTRES.	2	UNIDADES
10	BANDAGEM TRIANGULAR TAMANHO P. TECIDO CRU. LAVÁVEL. USO EM RESGATE DE ACIDENTADOS.	20	UNIDADES

11	BANDAGEM TRIANGULAR TAMANHO M. TECIDO CRU. LAVÁVEL. USO EM RESGATE DE ACIDENTADOS.	20	UNIDADES
12	BANDAGEM TRIANGULAR TAMANHO G. TECIDO CRU. LAVÁVEL. USO EM RESGATE DE ACIDENTADOS.	20	UNIDADES
13	BOMBA DE INFUSÃO MATERIAL: POLICARBONATO, TIPO: VOLUMÉTRICAS (LINEAR), VAZÃO: 0,1 A 1500 ML/H, ADMINISTRAÇÃO: ENTERAL/PARENTERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALÇA PARA TRANSPORTE, TECLADO DE MEMBRANA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 01: COMPATÍVEL COM SERINGA, PROGAMAÇÃO: PROGAMAÇÃO ML/H, GOTAS, VOLUME/TEMPO, ALARME: ALARME, ACESSÓRIOS: BATERIA RECARREGÁVEL, DOSE: DOSE EM MG, MCG, MMOL E MEQ.	2	UNIDADES
14	CÂNULA DE GUEDEL CONJUNTO DE 0 A 5.	30	KITS
15	CIRCUITO DE VENTILAÇÃO MECÂNICA, ADULTO, COMPATÍVEL COM A MARCA OXYMAG, POR JÁ POSSUIR NO SERVIÇO O VENTILADOR MECÂNICO DESSA MARCA.	4	UNIDADES
16	CIRCUITO DE VENTILAÇÃO MECÂNICA, ADULTO, COMPATÍVEL COM A MARCA DRAGGER, POR JÁ POSSUIR NO SERVIÇO O VENTILADOR MECÂNICO DESSA MARCA.	4	UNIDADES
17	CIRCUITO DE VENTILAÇÃO MECÂNICA, INFANTIL, COMPATÍVEL COM A MARCA OXYMAG, POR JÁ POSSUIR NO SERVIÇO O VENTILADOR MECÂNICO DESSA MARCA.	4	UNIDADES
18	CIRCUITO DE VENTILAÇÃO MECÂNICA, INFANTIL, COMPATÍVEL COM A MARCA DRAGGER, POR JÁ POSSUIR NO SERVIÇO O VENTILADOR MECÂNICO DESSA MARCA.	4	UNIDADES
19	COLCHÃO PARA MACA NO SERVIÇO PRÉ-HOSPITALAR;	10	UNIDADES
20	COPO MACRONEBULIZADOR DE AR COMPRIMIDO 500ML	10	UNIDADES
21	CUBA RIM - 700 ML	20	UNIDADES
22	COLAR CERVICAL NEONATAL	25	UNIDADES
23	COLAR CERVICAL PEDIÁTRICO/INFANTIL	25	UNIDADES
24	COLAR CERVICAL PP	50	UNIDADES
25	COLAR CERVICAL P	50	UNIDADES
26	COLAR CERVICAL M	50	UNIDADES
27	COLAR CERVICAL G	30	UNIDADES
28	DEA (DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO)	5	UNIDADES
29	DETECTOR FETAL PORTÁTIL DIGITAL-SONAR;	2	UNIDADES
30	ESTABILIZADOR LATERAL DE CABEÇA / HEADBLOK, ADULTO	10	UNIDADES
31	ESTETOSCÓPIO ADULTO; UNI-SOM; AUSCULTADOR COM DIAFRAGMA DE ALTA SENSIBILIDADE, EM MATERIAL RESISTENTE; TAMANHO ADULTO; CONJUNTO BIAURICULAR EM	10	UNIDADES

	METAL CROMADO E RESISTENTE,FLEXÍVEL NA CURVATURA DO TUBO.		
32	TERMÔMETRO CLÍNICO OVAL DIGITAL; INCLUI ESTOJO DE PROTEÇÃO, DESTA FORMA APÓS A MEDIÇÃO, PODE GUARDAR EM LOCAL SEGURO.PRÁTICO E FÁCIL DE USAR PARA MEDIR FEBRE E CONTROLAR A TEMPERATURA, MEDIÇÃO ANALÓGICA, LOCAL DE MEDIÇÃO:AXILA E UNIDADE DE MEDIDA: °C.	10	UNIDADES
33	KED- IMOBILIZADOR DORSAL ADULTO, EM NÁILON, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL, COM 5 PONTOS DE AJUSTE REGULÁVEIS, ACOMPANHADO DE DUAS FAIXAS PARA IMOBILIZAÇÃO DE REGIÃO FRONTAL/MENTONIANA, ALMOFADA DE AJUSTE, COM TRÊS TIRANTES.	10	UNIDADES
34	KED- IMOBILIZADOR DORSAL INFANTIL, EM NÁILON, IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL, COM 5 PONTOS DE AJUSTE REGULÁVEIS, ACOMPANHADO DE DUAS FAIXAS PARA IMOBILIZAÇÃO DE REGIÃO FRONTAL/MENTONIANA, ALMOFADA DE AJUSTE, COM TRÊS TIRANTES.	10	UNIDADES
35	KIT TALAS PARA IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS ARAMADA REVESTIDA EM E.V.A, 04 TAMANHOS.	50	UNIDADES
36	LANTERNA PUPILAR, FOCO FIXO,COM RÉGUA E MEDIDOR DE PUPILA E LÂMPADA DE LED.	10	UNIDADES
37	LARINGOSCÓPIO ADULTO LED COM SEIS LÂMINAS RETAS E CURVAS (Nº 3, 4, 5), SENDO 3 LÂMINAS CURVAS, 3 LÂMINAS RETAS E CABO ADULTO.	7	UNIDADES
38	LARINGOSCÓPIO INFANTIL LED COM SEIS LÂMINAS RETAS E CURVAS(Nº 0, 1, 2), SENDO 3 LÂMINAS CURVAS, 3 LÂMINAS RETAS E CABO INFANTIL.	5	UNIDADES
39	MÁSCARA DE OXIGENIO RESERVATÓRIO ADULTO DE ALTA CONCENTRAÇÃO	150	UNIDADES
40	MÁSCARA DE OXIGENIO RESERVATÓRIO INFANTIL DE ALTA CONCENTRAÇÃO	110	UNIDADES
41	MÁSCARA VENTURI ADULTO	25	UNIDADES
42	MÁSCARA VENTURI INFANTIL	25	UNIDADES
43	TORNIQUETE NA COR LARANJA DE USO PRÉ-HOSPITALAR	10	UNIDADES
44	TUBO EXTENSOR DE SILICONE PARA OXIGENOTERAPIA (LÁTEX).	50	METROS
45	KIT CINTO PARA PRANCHA DE RESGATE - CONJUNTO COM 03 PEÇAS (PRETO, AMARELO E VERMELHO) FEITOS EM POLIPROPILENO, MEDIDAS: E: 3MM,C:1,54M E L:5CM.	30	KITS
46	TAMBOR INOX PARA GAZE E ALGODÃO 20 X 18CM. PRODUZIDA EM LIGA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE.	10	UNIDADES
47	TERMO-HIGROMETRO. (APARELHO QUE MEDE TEMPERATURA E UMIDADE RELATIVA DO AR AMBIENTE ATRAVÉS DE SENSORES INTERNAS E POSSUI SENSOR EXTERNO COM CABO PARA REALIZAR MEDIÇÕES DE TEMPERATURA. CONTA	2	UNIDADES

	COM REGISTRO DE MÁXIMAS E MÍNIMAS TEMPERATURAS E RELÓGIO.)		
48	TORSO ADULTO DE MANEQUIM PARA RCP (TORSO SIMPLES PARA TREINO DE RCP COM TRAÇOS ANATÔMICOS APARENTES DAS CLAVÍCULAS, COSTELAS E MAMILOS).	2	UNIDADES
49	TORSO INFANTIL DE MANEQUIM PARA RCP (PERMITE MOVIMENTO REAL DA CABEÇA; PERMITE A PRÁTICA E MANOBRA PARA COLOCAÇÃO DA CÂNULA GUEDEL; FEEDBACK AUDÍVEL).	2	UNIDADES
50	DEFIBRILADOR DEA PARA TREINAMENTO BLS E ACLS (EM PORTUGUÊS)	2	UNIDADES
51	SUPORTE PARA BRAÇO COM REGULAGEM DE ALTURA PARA INJEÇÕES E COLETAS DE SANGUE.	52	UNIDADES
52	LIXEIRA POLIPROPILENO – PEDAL – 700 LITROS – PRODUZIDOS EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA E DESIGN ARROJADO, TAMPA COM SISTEMA DE ABERTURA / FECHAMENTO ATRAVÉS DE PEDAL, QUE PROMOVE A VEDAÇÃO DO COLETOR EVITANDO A DISPERSÃO DE ODORES E A CONTAMINAÇÃO POR INSETOS, ALÉM DE EVITAR OS RISCOS DE CONTAMINAÇÃO. FORMATO RETANGULAR, MEDIDA: 420 X 500 X 680MM, DIVERSAS CORES.	4	UNIDADES
53	BANDEJA INOX HOSPITALAR 32X20X4CM, AÇO INOX, AUTOCLAVAVEL	10	UNIDADES
54	MONITOR DE PRESSÃO ARTERIAL (SISTÓLICA, DIASTÓLICA, MÉDIA E PULSAÇÃO) E SPO2 PX-200	1	UNIDADE
55	OFTALMOSCÓPIO - CABO EM METAL PARA DUAS PILHAS MÉDIAS TIPO C - 1,5 VOLTS; REGULADOR DE INTENSIDADE DE LUZ; CABEÇA DE OTOSCÓPIO EM METAL COM LENTE E LUPA AUXILIAR CABEÇA DE OFTALMOSCÓPIO - DISCO COM 20 LENTES (-20 A +40 DIOPATRIAS); 3 ESPECULOS AURICULARES; LAMPADA DE 2,5 VOLTS COM ESTOJO PARA TRANSPORTE.	2	KITS
56	FOCO DE LUZ AUXILIAR PARA EXAMES CLÍNICOS E GINECOLÓGICOS; COM HASTE SUPERIOR FLEXÍVEL E CROMADA; PEDESTAL COM HASTE INFERIOR PINTADA; ALTURA VARIÁVEL ENTRE 90 A 150 CM; PINTURA EM EPÓXI À 250°C. DE ALTA RESISTÊNCIA; BASE DO PEDESTAL COM 04 RODÍZIOS; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA SELECIONÁVEL EM 110 OU 220 V. 50/60 HZ; LÂMPADA HALÓGENA 12 V. X 20 W; PESO LÍQUIDO 05 KG.	30	UNIDADES
57	CARRO PARA ECG COM 2 PRATELEIRAS, SUPORTE DE CABOS E RODINHAS FOI DESENVOLVIDA À PARTIR DE CONCEITOS MODERNOS, FABRICADA EM AÇO CARBONO. POSSUI ALTA RESISTÊNCIA E ESTABILIDADE, GARANTINDO ASSIM UM PRODUTO DE EXCELENTE QUALIDADE E	2	UNIDADES

	DURABILIDADE, PROPORCIONANDO AO USUÁRIO FACILIDADE E SEGURANÇA NA SUA UTILIZAÇÃO. O SUPORTE PARA CABOS AUXILIA NA DISPOSIÇÃO CABOS DOS EQUIPAMENTOS, DEIXANDO O AMBIENTE MAIS ORGANIZADO. IDEAL PARA ARMAZENAMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS, EM CLÍNICAS, HOSPITAIS, CONSULTÓRIOS, ENTRE OUTROS.		
58	SELADORA HOSPITALAR - SISTEMA DE VEDAÇÃO TÉRMICA POR IMPULSO CONTROLADO POR MICROPROCESSADOR; SELADORA DESENVOLVIDA PARA SELAGEM DE EMBALAGENS (PAPEL/PLÁSTICO) PRÓPRIAS PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVES A VAPOR.	12	UNIDADES
59	MINI INCUBADORA C/ QUEBRADOR DE AMPOLAS 2I QUE TORNA O PROCESSO MAIS RÁPIDO, POSSUI TAMPA PROTETORA TRANSLUCIDA MAIS SEGURANÇA E HIGIENE, INCUBA ATÉ 6 INDICADORES BIOLÓGICOS SIMULTANEAMENTE.	6	UNIDADES
60	TUBO DE OXIGÊNIO PARA ASPIRAÇÃO/OXIGÊNIO. COMPRIMENTO: 2,00 METROS. DIÂMETRO INTERNO: 6MM. AUTOCLAVÁVEL: MÁX. 127°C - 15 MIN. ROLO COM 15 METROS.	2	ROLOS
61	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO NYLON FECHO VELCRO PRETO. APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO DE ALTA PRECISÃO E SENSIBILIDADE COM SISTEMA DE FECHO DE CONTATO OBTENDO UM MELHOR DIAGNÓSTICO SEGURO E CONFIÁVEL, TESTADO RIGOROSAMENTE PELO CONTROLE DE QUALIDADE. ACOMPANHA BOLSA EXCLUSIVA. COMPOSIÇÃO: BRAÇADEIRA: CONFECCIONADA EM TECIDO NYLON RESISTENTE PARA MELHOR LIMPEZA E DESINFECÇÃO COM SISTEMA DE FECHO EM VELCRO; MANGUITO E TUBOS: FABRICADOS EM PVC, TESTADOS PELO CONTROLE DE QUALIDADE CBEMED; MANÔMETRO: COM ESCALA DE 0 A 300 MMHG COM ANEL DE PROTEÇÃO AFERIDO PELO CONTROLE DE QUALIDADE CBEMED E COM SELO DE VERIFICAÇÃO INICIAL INDIVIDUAL PELO INMETRO; PERA INSUFLADORA: FABRICADA EM PVC, COM ACABAMENTO LISO PARA MELHOR DESINFECÇÃO E ANEL COM ACABAMENTO CROMADO; VÁLVULA: PRECISA E EXCLUSIVA EM METAL CROMADO FACILITANDO O USO E PROTEGIDA CONTRA VAZAMENTOS DE AR	20	UNIDADES
62	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO NYLON FECHO VELCRO PRETO. APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO DE ALTA PRECISÃO E SENSIBILIDADE COM SISTEMA DE FECHO DE CONTATO OBTENDO UM MELHOR DIAGNÓSTICO SEGURO E CONFIÁVEL, TESTADO	2	UNIDADES

	RIGOROSAMENTE PELO CONTROLE DE QUALIDADE.ACOMPANHA BOLSA EXCLUSIVA.COMPOSIÇÃO:BRACEADEIRA: CONFECCIONADA EM TECIDO NYLON RESISTENTE PARA MELHOR LIMPEZA E DESINFECÇÃO COM SISTEMA DE FECHO EM VELCRO;MANGUITO E TUBOS: FABRICADOS EM PVC, TESTADOS PELO CONTROLE DE QUALIDADE CBEMED;MANÔMETRO: COM ESCALA DE 0 A 300 MMHG COM ANEL DE PROTEÇÃO AFERIDO PELO CONTROLE DE QUALIDADE CBEMED E COM SELO DE VERIFICAÇÃO INICIAL INDIVIDUAL PELO INMETRO;PERA INSUFLADORA: FABRICADA EM PVC, COM ACABAMENTO LISO PARA MELHOR DESINFECÇÃO E ANEL COM ACABAMENTO CROMADO;VÁLVULA: PRECISA E EXCLUSIVA EM METAL CROMADO FACILITANDO O USO E PROTEGIDA CONTRA VAZAMENTOS DE AR		
63	BRACEADEIRA MANGUITO PNI 1 VIA ADULTO GRANDE P/ MONITOR MULTIPARAMÉTRICO (33 A 47CM).	15	UNIDADES
64	BRACEADEIRA PNI 1 VIA MANGUITO P/ MONITOR MULTIPARAMÉTRICO - ADULTO 25-35CM	20	UNIDADES
65	SENSOR DE OXIMETRIA COMPATÍVEL COM MONITOR MINDRAY: MEC 1000 MEC 1200 PM 6000 PM 7000 PM 8000 PM 9000 VS 800	10	UNIDADES
66	AUTOCLAVE HOSPITALAR PARA ESTERILIZAÇÃO ANALÓGICA 65 LITROS ; CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL, OPERAÇÃO FÁCIL E AUTOMÁTICA, COM INDICAÇÃO DO CICLO ATRAVÉS DE PAINEL DIGITAL COM TECLADO DE MEMBRANA CONTROLE DOS PARÂMETROS DE FUNCIONAMENTO REALIZADO POR MICROPROCESSADOR ELETRÔNICO DE PRECISÃO COM CENTENAS DE CICLOS PROGRAMÁVEIS DESAERAÇÃO, SATURAÇÃO, ESTERILIZAÇÃO, DESPRESSURIZAÇÃO, SECAGEM E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICOS PFICIENTE SECAGEM DO MATERIAL, CORN OPÇÃO DE CICLOS EXTRAS DE SECAGEM EXCLUSIVO SISTEMA DE TAMPA DUPLA EM AÇO E INOX LAMINADOS. OFERECE RNAIOR RESISTÊNCIA E SEGURANÇA.ATUAÇÃO DA RESISTÊNCIA DESCONTINUA DURANTE O CICLO PARA MENOR CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA.	10	UNIDADES
67	O ESPAÇADOR CLEAR ADULTO E INFANTIL G-TECH É COMPATÍVEL COM TODOS OS DISPENSADORES DE MEDICAMENTO AEROSSOL. COM MÁSCARAS EXTRAMACIAS E VÁLVULA DUPLA, AJUDA A VEDAR TOTALMENTE O AMBIENTE EXTERNO, MANTENDO A RETENÇÃO MÁXIMA DO MEDICAMENTO.	20	UNIDADES
68	MESA MAYO HOSPITALAR AÇO INOX. ESTRUTURA EM TUBO REDONDO DE AÇO INOX 201, COM ACABAMENTO POLIDO. BANDEJA REMOVÍVEL EM	2	UNIDADES

	<p>ÇO INOX 201, COM ABERTURA NAS LATERAIS, DE FÁCIL LIMPEZA E ASSEPSIA. ELEVAÇÃO CENTRAL, ATRAVÉS DE MANDRIL, QUE PERMITE MAIOR FACILIDADE E RAPIDEZ NO AJUSTE DA POSIÇÃO DE ALTURA DESEJADA. BASE COM 3 RODÍZIOS RESISTENTES.</p>		
69	<p>FIXADOR PARA TUBO ENDOTRAQUEAL- ENDO-TRAQUEAL- CÂNULA ADULTO; FABRICADO EM ESPUMA ATOALHADA, DOBRADA, MACIA, AVELUDADA E COSTURADA EM FIO DE NYLON. A FIXAÇÃO É FEITA ATRAVÉS DE VELCRO. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. KIT COM 10 UNIDADES.</p>	3	KITS
70	<p>KIT BRACADEIRA E ELETRODOS C/ PERA SILICONE P/ ECG; JOGO DE CARDIOCLIP + PERAS PRECORDIAIS DE SILICONE (PACOTES COM 06 UNIDADES)</p>	6	KITS
71	<p>GANCHO ZALFAL P/ OUVIDO E CORPO ESTRANHO 17CM, PRODUTO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICOS, FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT.</p>	5	UNIDADES
72	<p>LÂMPADAS LED PARA LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL - COMPATÍVEL COM LÂMINAS DE LARINGOSCÓPIO CONVENCIONAL DAS MARCAS SCOPE MEDICALS, MD E OXIGEL.</p>	30	UNIDADES
73	<p>DEFILABRADOR DF -03B - TECLADO DE MEMBRANA PARA SELEÇÃO DE ENERGIA E FUNÇÕES COM INDICAÇÃO VISUAL. POSSIBILIDADE DE USO DE). TESTE DAS PÁS DIRETAMENTE NO EQUIPAMENTO COM LÂMPADA NÉON PARA INDICAÇÃO DO DISPARO. ESCALAS DE 01, 02, 05, 10, 20, 30, 40 E 50 JOULES PARA DESFIBRILAÇÃO INTERNA ADULTO, INTERNA E EXTERNA INFANTIL. DE 10, 20, 40, 80, 160, 240, 300 E 360 JOULES PARA DESFIBRILAÇÃO EXTERNA ADULTO. TEMPO DE CARGA DE 09 A 15 SEGUNDOS ALIMENTAÇÃO: REDE ELÉTRICA DE 90/230 V, 50/60 HZ E BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM CAPACIDADE PARA ATÉ 40 DISPAROS DE 360 JOULES</p>	2	UNIDADES
74	<p>CARRO DE PARADA: CONSTRUÍDO EM CHAPA METÁLICA, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM E PINTURA ELETROSTÁTICA TEXTURIZADA, COM 04 RODÍZIOS DE MOVIMENTO DE 360 GRAUS E FREIO EM 02 RODAS. GAVETEIRO COMPOSTO DE 03 GAVETAS, SENDO UMA COM 18 DIVISÕES PARA GUARDAR MEDICAMENTOS E DUAS PARA INSTRUMENTOS. UM COMPARTIMENTO FECHADO COM TAMPA BASCULANTE, PARA USO GERAL. TAMPO SUPERIOR EM MATERIAL SINTÉTICO DIVIDIDO EM DOIS MÓDULOS. BANDEIJA COM GIRO LIVRE DE 360 GRAUS PARA ACOMODAÇÃO DE DESFILBRADOR/MONITOR OU CARDIOVERSOR. DOTADO DE CABO DE FORÇA TRIPOLAR DE 2M E 04 TOMADAS (2P+T) DE</p>	4	UNIDADES

	DISTRIBUIÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS. PROTEÇÃO DE BORRACHA EM TODO O PERIMETRO CONTRA IMPACTOS. TABUA PARA MASSAGEM CARDIACA EM ACRILICO, SUPORTE PARA CILINDRO DE OXIGENIO E TRAVAS PARA GAVETAS/BASCULHANTE. DIMENSÕES 520MM X 725MM, PESO 63KG		
75	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL COM BATERIA RECARREGÁVEL, COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE SATURAÇÃO 0 A 100%, FAIXA DE MEDIÇÃO DE PULSO DE 20 A 250BPM.AUTONOMIA MÍNIMA DE 16 HS, TELA DE LCD COLORIDA MOSTRA SPO2, BATIMENTO CARDÍACO, BARRA DE PULSO, ÍNDICE DE PERFUSÃO, PLETISMOGRAMA E INDICADOR DE BATERIA.	10	UNIDADES
76	VÁLVULA UNIDIRECIONAL PARA ANESTESIA QUE PERMITE VENTILAÇÃO ESPONTÂNEA OU CONTROLADA, MANUAL OU MECÂNICA, COM DIAFRAGMA QUE IMPEDE A REINALAÇÃO DE GASES.	3	UNIDADES
77	CIRCUITO RESPIRATÓRIO ANESTESIA ADULTO COM 2 TRAQUEIAS 1200MM X 22MM E 1 UM CONECTOR Y RETO SEM FURO. UNIVERSAL, 120MM X 22MM, CPAP, VENTILADOR PULMONAR, TRAQUEIA DE SILICONE AUTOLAVÁVEL, CIRCUITO UNIVERSAL PARA RESPIRADOR, CIRCUITO DE RESPIRADOR, MECANICO, ANESTESIA.	2	UNIDADES
78	ALONGAMENTO DE TRAQUEIA - TRAQUEIA ALONGAMENTO ESPAÇO MORTO OXIGEL 30CM PVC – UND. ALONGAMENTO DE PVC PARA AUMENTO DO ESPAÇO MORTO; ESPAÇO MORTO PVC 30CM, UTILIZADO EM CIRCUITOS RESPIRATÓRIOS PARA TRANSPORTE DE GASES E VAPORES MEDICINAIS, TRAQUEINHA, CORRUGADA EXTERNAMENTE E LISA INTERNAMENTE	3	UNIDADES
79	CONJUNTO BARAKA - COMPOSTO POR BALÃO DE BORRACHA (LÁTEX), CONECTOR COM ENTRADA DE GÁS, VÁLVULA UNIDIRECIONAL EM POLICARBONATO COM VÁLVULA DE SEGURANÇA E MÁSCARA FACIAL DE SILICONE. OS TAMANHOS INFANTIS TAMBÉM INCLUEM TRAQUEIA DE SILICONE DE 30 CM DE COMPRIMENTO E CONECTOR EXTRA DE ENTRADA DE GÁS (SISTEMA "DUPLO T") TAMANHO ADULTO COM BALÃO DE 5 LITROS	2	UNIDADES
80	MESA INSTRUMENTAL AUXILIAR, HOSPITALAR, ODONTOLÓGICA, CLINICAS. CONFECCIONADA EM AÇO INOX AISI 430, TEMPO E PRATELEIRA EM CHAPA DE AÇO INOX, PÉS EM TUBOS DE AÇO INOX COM RODIZIO DE 2", DIMENSÕES 60X40X80CM	8	UNIDADES
81	APARELHO DE ANESTESIA COM CARRINHO - VENTILADOR PARA USO ANESTÉSICO EM CENTRO CIRÚRGICO – VAPORIZADOR PARA GAZES	2	UNIDADES

	HALOGENADOS - AÇO INOXIDÁVEL, 4 GAVETAS, MESA TRABALHO, TIPO SISTEMA: COLUNA ALTO E BAIXO FLUXO, GASES (AR, O ₂ E NO ₂), USO NEONATAL, PEDIÁTRICO E ADULTO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RODÍZIOS BORRACHA, FREIOS DIANTEIROS, OUTROS COMPONENTES: CIRCUITOS, MASCARAS, BALÕES 3 TAMANHOS ESTÉREIS, TIPO VOLUME: CORRENTE 20 A 1500 MI.		
82	INTEGRADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO Á VAPOR, CLASSE 5, COM 250 UNIDADES. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM ORIGINAL DO FABRICANTE, MARCA DO FABRICANTE E REGISTRO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	10	CAIXAS
83	TESTE PRONTO – MEDIDA MÉDIA 13 X 13CM PARA AUTOCLAVE A VÁCUO NO CICLO BOWIE E DICK, CONTENDO NO CENTRO EM FOLHA IMPREGNADA COM TINTA TERMOQUÍMICA SEM PRESENÇA DE CHUMBO, ATÓXICA, QUE APÓS A EXPOSIÇÃO DE 3,5 MINUTOS EM TEMPERATURA DE 134°C (OU A 121°C POR 16,5 MINUTOS) MUDA UNIFORMEMENTE DE COR CLARA PARA ESCURA, POSSIBILITANDO ASSIM A LEITURA DOS SEGUINTE PARÂMETROS: REMOÇÃO DE AR, PENETRAÇÃO DE VAPOR, AUSÊNCIA DE GASES NÃO CONDENSADOS.	400	PACOTES
84	ESCADA COM 02 DEGRAUS EM TUBO INOX, PISO EM CHAPA DE AÇO INOX DOBRADOS, REVESTIDO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, COM CANTONEIRAS DE AÇO INOXIDÁVEL; PÉS COM PONTEIRAS DE BORRACHA. DIMENSÕES: ALTURA DO PRIMEIRO DEGRAU - 18 CM APROXIMADAMENTE; ALTURA DO SEGUNDO DEGRAU - 32 CM APROXIMADAMENTE; LARGURA DO DEGRAU - 16 CM APROXIMADAMENTE; COMPRIMENTO DO DEGRAU - 38 CM APROXIMADAMENTE.	20	UNIDADES
85	CARRO SELF SERVICE, TÉRMICA DE 06 CUBAS QUENTES - TENSÃO 220V.	4	UNIDADES
86	SUPORTE PARA SORO EM INOX. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: SUPORTE DE SORO EM INOX, BASE EM BARRA CHATA DE INOX DE APROXIMADAMENTE 40 X A MM, COM RODÍZIOS DE APROXIMADAMENTE 1 "L" DE DIÂMETRO. HASTE EM TUBO COM 4 GANCHOS E ALTURA REGULÁVEL. TUBO GUIA REDONDO DE APROXIMADAMENTE 25,40 MM DE DIÂMETRO, COM REGULADOR DE ALTURA	50	UNIDADES
87	CARRO DE CURATIVO 02 GAVETAS - ESPECIFICAÇÃO DO CARRO CURATIVO : ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO INOX COM GRADEAMENTO PROTETOR NOS TRÊS LADOS. TAMPO SUPERIOR, 2 GAVETAS E PRATELEIRA EM CHAPA DE AÇO INOX. SUPORTE PARA BALDE, COMPARTIMENTO PARA ACESSÓRIOS DIVERSOS E	8	UNIDADES

	PORTA-PAPEL. RODÍZIOS DE 4" .DIMENSÕES DO CARRO CURATIVO: 72X43X80CM.		
88	CARRO FUNCIONAL PARA LIMPEZA - PLACA SINALIZADORA"CUIDADO! PISO MOLHADO"; (1) CARRO FUNCIONAL; (1) BALDE DOBL 30 LITROS; (1) HASTE; (1) REFIL LÍQUIDO 320 PARA HASTE ; (1) P POP COLETORA; (1) CONJUNTO MOP P 60CM.	16	UNIDADES
89	CAMA HOSPITALAR FAWLER COM ELEVAÇÃO,3 MOVIMENTOS, GRADES, RODÍZIOS, ESTRADO EM CHAPA, TRÊS MOVIMENTOS: CABECEIRA, PÉS E REGULAGEM DE ALTURA, TRATAMENTO ANTIFERRUGENS, ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM RESINA EPÓXI POLIÉSTER. CAPACIDADE MÁXIMA: 110 KG, DIMENSÕES: 1960X88 MM. ALTURA MÍNIMA: 450 MM. ALTURA MÁXIMA: 800 MM. BASE TUBULAR DE 1.1\4" X 1,5 MM COM PÉS RECUADOS. ESTRUTURA DO LEITO EM LONGARINAS DE AÇO DE 3 MM PERFILADOS EM U. ESTRADO ARTICULADO EM CHAPA DE AÇO COM 1,0MM DE ESPESSURA.	20	UNIDADES
90	CARRO DE EMERGÊNCIA: GAVETEIRO COMPOSTO DE 03 GAVETAS, SENDO UMA COM 18 DIVISÕES PARA GUARDAR MEDICAMENTOS E DUAS PARA INSTRUMENTOS. UM COMPARTIMENTO FECHADO COM TAMPA BASCULANTE, PARA USO GERAL. TAMPO SUPERIOR EM MATERIAL SINTÉTICO DIVIDIDO EM DOIS MÓDULOS. BANDEJA COM GIRO LIVRE DE 360 GRAUS, PARA ACOMODAÇÃO DE DESFIBRILADOR/MONITOR OU CARDIOVERSOR. DOTADO DE CABO DE FORÇA TRIPOLAR DE 2,00 METROS, E 4 TOMADAS(2P+T) DE DISTRIBUIÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS. PROTEÇÃO DE BORRACHA EM TODO PERÍMETRO CONTRA IMPACTOS.520 MM X 725 MM X 1095 MM, PESO: 63KG, SUPORTE PARA SORO COM ALTURA AJUSTÁVEL, TÁBUA PARA MASSAGEM CARDÍACA EM ACRÍLICO, SUPORTE PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO E TRAVA PARA GAVETAS / BASCULANTE.	5	UNIDADES
91	SUPORTE PARA SORO DE TETO EM ALUMÍNIO, COM HASTE TELESCÓPICA DE 2 SEÇÕES PARA 4 FRASCOS. GIRO 360 GRAUS. O SUPORTE DE SORO É MÓVEL, REGULÁVEL E GIRATÓRIO. É FIXADO AO TETO ATRAVÉS DA CANOPLA (MODULO 1), COM BUCHAS E PARAFUSOS; O PERFIL (MODULO 2) , GIRA 360 GRAUS PARA AMBOS OS LADOS. A HASTE É TELESCÓPICA PERMITINDO A REGULAGEM DA ALTURA DESEJADA E DESLIZA PELO PERFIL. PODE SER UTILIZADO PARA QUATRO OU OITO RECIPIENTES (FRANCOS) E BOMBA DE INFUSÃO.	5	UNIDADES
92	MACA DE TRANSPORTE – ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO, PINTURA EPOXY, SISTEMA DE ELEVAÇÃO HIDRÁULICO ATRAVÉS DE PEDAL, FUNÇÕES DE	1	UNIDADE

	TREM E ANTI- TRENDELEMBURG, LEITO EM COMPACTO		
93	MACAS FIXA DE EXAMES HOSPITALARES PARA CONSULTÓRIO EM AÇO INOX OU MATERIAL EPÓXI.	12	UNIDADES
94	OTOSCÓPIO MÉDICO COM 5 ESPÉCULOS E LANTERNA DE LED.	8	UNIDADES
95	CARRO DE TRANSPORTE PARA MATERIAL ESTERELIZADO - PERFIS ESTRUTURAIS EM ALUMÍNIO EXTRUDADO BANDEJA SUPERIOR EM CHAPA DE AÇO INOX ESCOVADO TAMPA SUPERIOR EM CHAPA DE AÇO INOX ESCOVADO PORTA FRONTAL BIPARTIDA EM CHAPA DE AÇO INOX ESCOVADO COM FECHO BANDEJA INFERIOR EM CHAPA DE AÇO INOX ESCOVADO CHAPA DE AÇO INOX COM ESPESSURA DE 1MM, COM DOBRAS REBATIDAS PUXADOR LATERAL EM AÇO INOX COM 3/4" DE DIÂMETRO PÁRA-CHOQUE EM PLÁSTICO NOS 4 CANTOS INFERIORES RODÍZIOS MONTADOS NA BANDEJA INFERIOR, COM 100MM DE DIÂMETRO, COM GARFO EM NYLON E BANDA DE RODAGEM EM POLIURETANO, SENDO 2 FIXOS SEM TRAVA E 2 LIVRES COM TRAVA DE FÁCIL ACIONAMENTO	3	UNIDADES
96	NEGATOSCÓPIO, MATERIAL ESTRUTURA:CHAPA AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA:TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, MATERIAL VISOR:ACRÍLICO TRANSLÚCIDO, COMPRIMENTO:70 CM, LARGURA:CERCA DE 40 CM, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:110 V, APLICAÇÃO:C/ 2 CORPOS P/ FIXAÇÃO EM PAREDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PRENDEDOR RADIOGRAFIA NO CORPO,TECLA LIGA/DESLIGA	15	UNIDADES
97	TERMOMETRO DIGITAL COM TEMPERATURA MAXIMA E MINIMA COM SENSOR EXTERNO DIMENSÕES DO PRODUTO :10 X 10 X 10 CM; 600 G.	40	UNIDADES
98	TRICOTOMIZADOR ELETRICO - BATERIA DE LÍTIO RECARREGÁVEL, TEMPO DE CARGA RÁPIDA = 1H, AUTONOMIA DE 1H, PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA, BIVOLT (110V-220V) RESISTENTE A ÁGUA(IPX7)	3	UNIDADES
99	VENTILADOR MECÂNICO - VENTILADOR ADULTO E PEDIÁTRICO AVANÇADO COM VÁRIOS MODOS DE VENTILAÇÃO PARA CUMPRIR TODOS OS REQUISITOS DAS UNIDADES DE CUIDADOS INTENSIVOS DE PACIENTES. O SISTEMA ESTÁ EQUIPADO COM UM MONITOR DE ECRÃ TÁCTIL TFT DE 15".	4	UNIDADES
100	COLPOSCOPIO; SISTEMA DE VIDEO COLPOSCOPIA DIGITAL; CABECA OPTICA BINOCULAR INCLINAVEL E GERADOR DE LUZ C/ TRANSMISSAO POR FIBRA OPTICA C/ SISTEMA LED; COM AUMENTO DE 8 A 17X, CABECA ESTEREOSCOPICA C/5 AUMENTOS DIFERENTES, OBJETIVA FOCO	3	UNIDADES

	<p>300MM C/MICROFOCALIZACAO, ZOOM; OCULARES GRANDE ANGULAR 12,5X AJUSTADAS C/ TRAVA, ESTATIVA E BRACO ARTICULAVEL, FILTRO VERDE REMOVIV; DIMENSOES: DISTANCIA TRABALHO 300MM, DIVISOR DE LUZ, ADAPTADOR P/CAMERA INCORPORADO NA CABECA OPTICA; ACOMPANHA:MONITOR LCD,RACK,GRAV.DVD OU PORTA USB,SOFTWARE P/LAUDO,DEMAIS PECAS E PARTES P/PLENO FUNC; ALIMENTACAO: 220V, 60HZ; INCLUI: CAMERA VIDEO DIGITAL, RESOL.HD,ACOPLADA COMPATIVEL COM MONITOR,MANUAL USUARIO,TREINAMENTO,GARANTIA;</p>		
<p>101</p>	<p>FOCO CIRÚRGICO DE TETO: CONTENDO 2 CÚPULAS. TODAS AS CÚPULAS DEVERÃO POSSUIR AS MESMAS QUANTIDADE DE LEDS DE COR ÚNICA (MÍNIMO 60 LED'S POR CÚPULA) E O MESMO DIÂMETRO DE CÚPULA DE AO MÍNIMO 50CM . OS BRAÇOS QUE SUSPENDERÃO AS CÚPULAS DEVERÃO SER MONTADAS NO MESMO EIXO (TUBO DE SUSPENSÃO), DEVENDO PORTANTO POSSUIR 2 BRAÇOS NO MÁXIMO. TODOS OS BRAÇOS DEVERÃO POSSUIR NO MÍNIMO 3 PONTOS DE ARTICULAÇÃO LIVRES (360 GRAUS DE GIRO). AS CÚPULAS DEVERÃO ADEQUAR-SE A DIFERENTES ALTURAS DE SALAS. O MATERIAL DA CÚPULA DEVERÁ POSSIBILITAR FÁCIL LIMPEZA E POSSUIR ALÇAS NÃO ESTÉREIS PARA MOVIMENTAÇÃO. AS CÚPULAS DO FOCO DEVERÃO PROVER ILUMINAÇÃO DE 160.000LUX POR CÚPULA, CRI E R9 MÍNIMOS DE 95, TEMPERATURA DE COR FIXA MÍNIMA 4300K, ENERGIA RADIADA MENOR QUE 3,5MW/M2LUX, VIDA ÚTIL DOS LED'S DE NO MÍNIMO 50.000HS E POSSUIR DIÂMETRO FOCAL FIXO DE NO MÍNIMO 18CM, INCLUSIVE COM POSSIBILIDADE DE AJUSTE DA DISTÂNCIA FOCAL EM NO MÍNIMO 3 NÍVEIS, QUE DEVEM POSSIBILITAR ESTE AJUSTE NA FAIXA DE 50 A 180CM, PORTANTO O TAMANHO DA COLUNA DE LUZ MÍNIMA É 500MM A 1800MM PARA POSSIBILITAR A PERFEITA ILUMINAÇÃO NAS CAVIDADES E NOS DIVERSOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. AS MANOPLAS DEVERÃO SER FABRICADAS DE MATERIAL QUE POSSIBILITEM SUA ESTERILIZAÇÃO. O CONTROLE DE LUMINOSIDADE DA CÚPULA DO FOCO DEVERÁ SER REALIZADO POR UM PAINEL DE MEMBRANA COM AO MÍNIMO 7 NÍVEIS DE INTENSIDADE E SEU CONTROLE DEVERÁ ESTAR LOCALIZADO NA JUNÇÃO DA CÚPULA COM O EIXO CARDÂNICO. DEVERÁ POSSUIR LUZ AMBIENTE PARA CIRURGIAS MINIMAMENTE INVASIVAS (MÍNIMO 2 LUZES) E UM CONTROLE DE TECNOLOGIA SEM FIO COMO CONTROLE OPCIONAL DAS FUNÇÕES DO FOCO. DEVERÁ ACOMPANHAR NO MÍNIMO 2</p>	<p>2</p>	<p>UNIDADES</p>

	<p>MANOPLAS ESTÉREIS POR CÚPULA. O FOCO DEVERÁ TRABALHAR EM UM SISTEMA DE REDE ELÉTRICA DE 100/240VAC – 60HZ COM CONSUMO MÁXIMO DE 80W POR CÚPULA. O FOCO DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO OS CERTIFICADOS IEC 60601-1 E UL STANDART 60601-1. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA ÁREA DE PATOS/PB. INSTALAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA.</p>		
<p>102</p>	<p>BISTURI ELETRÔNICO MICROPROCESSADO DE ALTA FREQUÊNCIA PARA USO EM CIRURGIA GERAL, GÁSTRICA, PLÁSTICA, ONCOLÓGICA, ORTOPÉDICA, OBSTÉTRICA, GINECOLÓGICA, NEUROLÓGICA, ENDOSCÓPICA, VÍDEO CIRURGIA, ENTRE OUTRAS ESPECIALIDADES; PAINEL A PROVA DE LÍQUIDOS; POSSUIR NO MÍNIMO AS SEGUINTE FUNÇÕES PRINCIPAIS DE OPERAÇÃO: MONOPOLAR: CORTE PURO; CORTE PULSADO (PARA PROCEDIMENTOS DE POLIPECTOMIA); BLEND (COM NO MÍNIMO 3 NÍVEIS); E COAGULAÇÃO; BIPOLAR. POTÊNCIA MÁXIMA DO EQUIPAMENTO, NO CORTE PURO, DE NO MÍNIMO 151W; POSSUIR A FUNÇÃO STAND-BY; POSSUIR FUNÇÃO QUE, NO CASO DE FALTA MOMENTÂNEA DE ENERGIA, RETORNE TODOS OS VALORES DE POTÊNCIA PRÉ-SELECIONADOS; POSSUIR O AJUSTE DIGITAL DO VOLUME DE ÁUDIO; POSSUIR VENTILAÇÃO NATURAL POR CONVECÇÃO; MODO MONOPOLAR COM AJUSTE DIGITAL DE POTÊNCIA COM PRECISÃO MÍNIMA DE 1 WATT; MODO BIPOLAR QUE PERMITA AJUSTE DIGITAL DE POTÊNCIA COM PRECISÃO MÍNIMA DE 0,5 WATT; PAINEL DIGITAL QUE INDIQUE DE FORMA INDEPENDENTE E SIMULTÂNEA A POTÊNCIA REAL PARA AS FUNÇÕES DE CORTE, COAGULAÇÃO E BIPOLAR; PERMITIR A UTILIZAÇÃO, SIMULTÂNEA E COM ACIONAMENTO INDEPENDENTE, DE NO MÍNIMO DUAS CANETAS MONOPOLARES E UMA BIPOLAR; PERMITIR O ACIONAMENTO DE CANETA MONOPOLAR POR PEDAL OU COMANDO DIRETO NA CANETA; PERMITIR O ACIONAMENTO DE CANETA BIPOLAR POR PEDAL; SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO AUTOMÁTICO DA PLACA DE RETORNO SIMPLES E BIPARTIDA; SISTEMA DE PROTEÇÃO AUTOMÁTICO, COM INDICADOR DE INTENSIDADE E ALARME, QUE MONITORE O CONTATO DA PLACA-PACIENTE; FUNÇÃO QUE EFETUE O BLOQUEIO AUTOMÁTICO DO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO NO CASO DE DESCONEXÃO DA PLACA DE RETORNO; COMPATIBILIDADE PARA CONEXÃO COM COAGULADOR POR PLASMA DE ARGÔNIO; TENSÃO DE ENTRADA 110V; EQUIPAMENTO TIPO CF; ATENDER NO MÍNIMO AS NORMAS TÉCNICAS ABNT NBR IEC 60601-1, ABNT NBR IEC 60601-1-2 E</p>	<p>2</p>	<p>UNIDADES</p>

	<p>ABNT NBR IEC 60601-2-2; O EQUIPAMENTO DEVE TER INTERFACE COM O USUÁRIO NO IDIOMA PORTUGUÊS; POSSUIR NO MÍNIMO OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: 01 UNIDADE DE TRANSPORTE, PARA O EQUIPAMENTO E SEUS ACESSÓRIOS, COM TRAVA EM NO MÍNIMO 02 RODAS; 01 PEDAL DE COMANDO PARA FUNÇÃO MONOPOLAR, COM NO MÍNIMO DOIS COMANDO SENDO UM PARA CORTE/BLEND E OUTRO PARA COAGULAÇÃO; 01 PEDAL DE COMANDO PARA FUNÇÃO BIPOLAR; 15 CANETAS MONOPOLARES AUTOCLAVÁVEIS COM ELETRODO DE ENCAIXE TIPO FACA RETA, PARA COMANDO POR PEDAL; 10 CABOS AUTOCLAVÁVEIS PARA CANETA MONOPOLAR PARA COMANDO POR PEDAL, COM NO MÍNIMO 2,5 M DE COMPRIMENTO; 05 CANETAS MONOPOLARES AUTOCLAVÁVEIS COM COMANDO DE MÃO, COM CABO COM NO MÍNIMO 2,5 M DE COMPRIMENTO E ELETRODO DE ENCAIXE TIPO FACA RETA; 05 PINÇAS BIPOLARES AUTOCLAVÁVEIS PONTA RETA, PARA COMANDO POR PEDAL; 15 PINÇAS BIPOLARES AUTOCLAVÁVEIS PONTA CURVA, PARA COMANDO POR PEDAL; 10 CABOS AUTOCLAVÁVEIS PARA PINÇA BIPOLAR PARA COMANDO POR PEDAL, COM NO MÍNIMO 2,5 M DE COMPRIMENTO; 10 CABOS REUTILIZÁVEIS PARA PLACA DE RETORNO DESCARTÁVEL, COM NO MÍNIMO 2,5 M DE COMPRIMENTO E COMPATÍVEL COM SISTEMAS REM; DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O COMPLETO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO E SUAS ESPECIFICAÇÕES SUPRACITADAS. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PATOS/PB.</p>		
103	LAMPADAS PARA LARINGOSCOPIO UNIVERSAL ROSCA GROSSA MODELO K 129 (ROSCA GROSSA), COMPATIVEL COM LARINGOSPIO.	50	UNIDADES
104	CAMPO CIRÚRGICO EM TECIDO BRIM LEVE, MEDINDO 50X50, BRIM LEVE 100% ALGODÃO, USO: MÉDICO, ODONTÓLOGO E VETERINÁRIO. RESISTENTE A LAVAGEM INDUSTRIAL.	30	UNIDADES

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. *O prazo de vigência da contratação é de até o final do exercício financeiro vigente, contados da assinatura da ordem de serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *A entrega será de forma imediata ou no prazo máximo de entrega de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da assinatura da ordem de fornecimento/compra, sendo o fornecimento parcelado atendendo as demandas de cada secretária solicitante.*

5.2. *Os bens deverão ser entregues nos endereços conforme requisição de fornecimento/compra.*

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

35

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos eventuais falhas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração

durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária:

$EM = I \times N \times VP$ Onde: EM = Encargos Moratórios. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP = Valor da parcela pertinente a ser paga. TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento). I = Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX/100)/365$
 $\rightarrow I = (6/100)/365 \rightarrow I = 0,00016438$

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. Os bens deverão ser entregues nos endereços conforme requisição de fornecimento/compra.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral

da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital e Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando;

8.3.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.7. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.7.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.7.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.7.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.8. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.8.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é R\$ 1.416.376,37 (um milhão quatrocentos e dezesseis mil trezentos e setenta e seis reais e trinta e sete reais), conforme custos unitários apostos na em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.100 Secretaria Municipal de Saúde de Patos ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 2039 Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Saúde de Patos - SEMUSA
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 2057 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.100 Secretaria Municipal de Saúde de Patos ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 2041 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Outros Recursos
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 2058 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada - Recursos Próprios
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 1024 Bloco de Investimento da Rede de Serviços públicos de Saúde de Atenção Primária
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 303 1002 2059 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Assistência Farmacêutica
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 1025 Bloco de Investimento da Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 305 1002 2060 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 2055 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 122 1002 2101 Manutenção do Bloco de Custeio das ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 2056 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária - Recursos Próprios

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

.....
Assinatura

APÊNDICE DO ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Licitação da Modalidade Pregão Eletrônico.

2. Descrição da Necessidade

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE PATOS/PB.

Justifica-se a deflagração de processo licitatório tendo em vista a necessidade de abastecimento do SAMU 192, das Unidades de Pronto Atendimento – UPA, Pronto Atendimento – PA Maria Marques, Unidades Básicas de Saúde – UBS e demais locais que prestam serviços médicos e hospitalares.

Além disso, os insumos médico-hospitalares são um suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções constantes no tratamento, o que afetaria a qualidade de vida do usuário e a credibilidade dos serviços do sistema de saúde. De forma ampla, destina-se a melhorar e tornar mais eficiente o atendimento dos serviços de urgência e emergência nas Unidades Básicas de Saúde de alta e média complexidade.

3. Secretaria Requisitante

SECRETARIA REQUISITANTE	SERVIDOR RESPONSÁVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto será prestado por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

Entendemos, portanto, que o fornecimento de equipamentos médico-hospitalares, objeto de contratação previsto neste instrumento, atende aos requisitos exigidos na legislação em vigor, bem como atende às necessidades da Prefeitura Municipal de Patos/PB.

5. Levantamento de Mercado

Foram consideradas contratações similares feitas em anos anteriores por esta Prefeitura, bem como por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração.

6. Descrição da solução como um todo

- Fornecimento de equipamentos médico-hospitalares, durante todo o ano de 2024.

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	NOME	QUANTIDADE	UNIDADE
1	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE 30 LITROS: PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SOB PRESSÃO, COM PAINEL DIGITAL DE CONTROLE LOCALIZADO NA PARTE FRONTAL DA AUTOCLAVE COM TECLADO DE CONTROLE E BARRA	20	Unidades

DE LEDS INDICATIVOS DE PRESSÃO/TEMPERATURA. BASE (ESTRUTURA METÁLICA): AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA COM PROPRIEDADES ANTIMICROBIANAS (NOBAC). PORTA BARREIRA SIMPLES INOX E ALUMÍNIO. TRANSDUTOR PRESSÃO/ PRESSOSTATO. SENSOR PT 100/ THERMOSTATO. SENSOR DE PORTA ABERTA (MICRO SWITCH) COM INDICAÇÃO NO PAINEL. DESAERAÇÃO E DESPRESSURIZAÇÃO AUTOMÁTICA. PORTA DUPLA LAMINADA INOX COM 6 PONTOS DE APOIO. FUNCIONAMENTO COM A PORTA FECHADA. 1 A 99 (CONFIGURÁVEL) CICLOS QUE ATENDE AS PRINCIPAIS NECESSIDADES. CONTROLE ELETRÔNICO QUE DESARMA O SISTEMA EM CASO DE AUMENTO DA TEMPERATURA CONFIGURÁVEL. CHAVE GERAL. EM AÇO INOX. POSSUI ENTRADA EXCLUSIVA PARA VALIDAÇÃO. ESTRUTURA EM AÇO A36. SECAGEM FECHADA. ITENS DE SEGURANÇA: 1) FUSÍVEL - DISPOSITIVO QUE TEM POR FINALIDADE PROTEGER AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS CONTRA EXCESSOS DE CORRENTE. 2) CHAVE DE PORTA - DISPOSITIVO INTERNO QUE IMPEDE O FUNCIONAMENTO SE A PORTA NÃO ESTIVER FECHADA CORRETAMENTE. 3) SISTEMA ELETRÔNICO DE CRUZAMENTO DE DADOS DE TEMPERATURA X PRESSÃO - SISTEMA QUE AVALIA OS DADOS COLETADOS DURANTE O CICLO, GARANTINDO QUE ESTES SEJAM ADEQUADOS AOS VALORES PADRÃO, CANCELANDO O CICLO SE ALGUM DESTES NÃO FOR SATISFATÓRIO. 4) TRAVA DA PORTA - DISPOSITIVO INTERNO QUE IMPEDE A ABERTURA DO FECHO SE HOUVER PRESSÃO NO INTERIOR DA CÂMARA. 5) SISTEMA ELETRÔNICO DE CONTROLE DE POTÊNCIA - SISTEMA INTERNO QUE MONITORA AS OSCILAÇÕES DA REDE ELÉTRICA, MANTENDO A POTÊNCIA DA AUTOCLAVE CONSTANTE. 6) THERMOSTATO - DISPOSITIVO INTERNO QUE IMPEDE O AQUECIMENTO EXCESSIVO DA CÂMARA. 7) ANEL DE VEDAÇÃO - SE A PRESSÃO NO INTERIOR DA CÂMARA ULTRAPASSAR 3 KGF/CM OU 294 KPA, O ANEL DE VEDAÇÃO ESCAPARÁ PELA BORDA OCASIONANDO UM RUÍDO ALTO. 8) VÁLVULA DE SEGURANÇA / ANTIVÁCUO - DISPOSITIVO RESPONSÁVEL POR ALIVIAR O VÁCUO DA CÂMARA, ALIVIA TAMBÉM A PRESSÃO, SE ESTES ULTRAPASSAREM OS VALORES LIMITE ESTABELECIDOS. APRESENTAÇÃO: CAIXA CONTENDO 1 AUTOCLAVE, 1 SUPORTE PARA BANDEJAS, 3 BANDEJAS EM ALUMÍNIO ANODIZADO, 1 COPO DOSADOR, 1 MANGUEIRA (1,5 M), 1 BRAÇADEIRA E 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO; FREQUÊNCIA: 50/60 HZ; POTÊNCIA: 1.600 WATTS; CONSUMO DE ENERGIA: 485 WATTS/HORA; PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 216 KPA (2,2 KGF/CM); TEMPERATURA: 129° A 132°C (CONFIGURÁVEL); TEMPO CONFIGURÁVEL; TEMPERATURA MÁXIMA 150°; ANEL DE VEDAÇÃO DA PORTA: SILICONE; PROTEÇÃO SOBREPRESSÃO: VÁLVULA DE ALÍVIO/SEGURANÇA; PROTEÇÃO DE SUBPRESSÃO: VÁLVULA DE ANTIVÁCUO; ABERTURA DA PORTA: FUSO EM AÇO INOX COM DUPLO ESTÁGIO. GARANTIA MÍNIMA DE 2 ANOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NA CIDADE DE PELOTAS/RS. EQUIPAMENTO DEVE TER REGISTRO ANVISA E ATENDER AOS REQUISITOS DA RDC 16/2013 - BPF - BOAS PRÁTICAS DE

	FABRICAÇÃO – ANVISA. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.		
2	CADEIRA MOCHO - ENCOSTO ANATÔMICO TIPO CONCHA, COM AJUSTE DE ALTURA. SISTEMA DE ELEVAÇÃO DO ASSENTO A GÁS ATRAVÉS DE ALAVANCA LATERAL QUE PERMITE MAIOR FACILIDADE E RAPIDEZ NO AJUSTE DE POSIÇÕES. ENCOSTO ANATÔMICO COM AJUSTE DE APROXIMAÇÃO PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO AO PROFISSIONAL. BASE COM 5 RODÍZIOS, RESISTENTE . ESTOFAMENTO EM MATERIAL RÍGIDO E RESISTENTE, COM REVESTIMENTO SEM COSTURA, DENSIDADE ADEQUADA E QUE NÃO DEFORMA. ASSENTO COM ELEVAÇÃO CENTRAL E REBAIXAMENTO DAS BORDAS ANTERIORES. ALTURA REGULÁVEL PERMITINDO QUE OS PROFISSIONAIS DE DIFERENTES ALTURAS SE SENTEM CORRETAMENTE, RESPEITANDO -SE A HEMODINÂMICA; DIMENSÕES – 56 × 66 × 27 CM. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	30	Unidades
3	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA - COM EQUIPO, SUGADOR, REFLETOR, CANETAS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO E MOCHO - COM O EQUIPO DE MODELO AMBIDESTRO, QUE SEJA COMPOSTO POR NO MÍNIMO 01 SERINGA TRÍPLICE, 01 TERMINAL COM SPRAY PARA ALTA ROTAÇÃO, 01 TERMINAL SEM SPRAY PARA MICROMOTOR PNEUMÁTICO, QUE COMPORTE ATÉ 4 TERMINAIS, BRAÇO MECÂNICO COM MOVIMENTAÇÃO HORIZONTAL E AJUSTE DE NÍVEL. PEDAL PROGRESSIVO PARA O ACIONAMENTO DAS PEÇAS DE MÃO NOS TERMINAIS DO EQUIPO, O QUE POSSIBILITA O CONTROLE DA VELOCIDADE E COM ACIONAMENTO EM QUALQUER PONTO DO PEDAL; SERINGA TRÍPLICE, BICO GIRATÓRIO, REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL; 01 CANETA DE ALTA ROTAÇÃO 01 CANETA DE BAIXA ROTAÇÃO 01 MOCHO, SUPORTE DAS PONTAS COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO INDIVIDUAL; TAMPO DE INOX REMOVÍVEL PARA SER DE FÁCIL LIMPEZA. PINTURA NA COR BRANCA, COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO; PUXADOR FRONTAL BILATERAL. UNIDADE DE ÁGUA: CUBA PROFUNDA, REMOVÍVEL, COM RALO PARA RETENÇÃO DE SÓLIDOS E COBERTURA PARA EVITAR RESPINGOS; SISTEMA DE REGULAGEM DA VAZÃO DA ÁGUA PERMITE A REGULAGEM FINA DO FLUXO DE ÁGUA; QUE CONTENHA PELO MENOS 01 SUCTOR DE SALIVA A AR E RESERVATÓRIOS TRANSLÚCIDOS DE NO MÍNIMO 800 ML PARA ÁGUA DAS PEÇAS DE MÃO E SERINGA TRÍPLICE. REFLETOR COM LUZ HALÓGENA; ESPELHO MULTIFACETADO COM TRATAMENTO MULTICOATING; DUPLA PROTEÇÃO DO ESPELHO, EM MATERIAL RESISTENTE, TRANSPARENTE; PUXADORES BILATERAIS EM FORMA DE ALÇA QUE POSSIBILITAM ISOLAMENTO, EVITANDO O RISCO DE CONTAMINAÇÃO CRUZADA; CABEÇOTE PRODUZIDO EM MATERIAL RESISTENTE, COM GIRO DE 620°; INTENSIDADE: NO MÍNIMO DE 8.000 A 25.000 LUX (TOLERÂNCIA +/- 20%). COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	10	Unidades
4	CÂMARA ESCURA PARA REVELAÇÃO, COM ILUMINAÇÃO, INDICADA PARA REVELAÇÃO DE FILMES ODONTOLÓGICOS PERIAPICAIS. ANGULAGEM PARA ENTRADA DAS MÃOS, TORNANDO FÁCIL O ACESSO ÀS CUBAS, EVITANDO O MAU POSICIONAMENTO DO OPERADOR. COM CAIXA MOLDADA EM POLIPROPILENO (PP). O POLIPROPILENO POSSUI CARACTERÍSTICAS	10	Unidades

	<p>ATÓXICAS, BOA RIGIDEZ, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, ÁCIDOS, SUBSTÂNCIAS ALCALINAS E DETERGENTES. FÁCIL REMOÇÃO DAS LUVAS PARA ASSEPSIA. NÃO EXISTEM BORDAS RETENTIVAS, FACILITANDO A LIMPEZA E DESINFECÇÃO. BASE REMOVÍVEL, FACILITANDO COLETA DE RESÍDUOS, LIMPEZA E DESINFECÇÃO. POSSUI ALOJAMENTO PARA OS RECIPIENTES QUE CONTÉM LÍQUIDO EVITANDO QUE OS MESMOS FIQUEM SOLTOS. VISOR ACRÍLICO DESTACÁVEL, COM ÓTIMA TRANSPARÊNCIA E TOTAL FILTRAGEM DA LUZ. BATENTES DE SILICONE NO FUNDO DA BASE, PROPORCIONANDO TOTAL ADERÊNCIA NO LOCAL DE TRABALHO, FACILITANDO O MANUSEIO. PERMITE A VISUALIZAÇÃO NO INTERIOR. SEM RISCO ALGUM AO USUÁRIO. PRÁTICA, MODERNA E DE FÁCIL MANUSEIO. ILUMINAÇÃO A BASE DE BATERIA. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.</p>		
5	<p>CANETA DE ALTA ROTAÇÃO SL 30 PUSH BUTTON – DESIGN ARROJADO COM LINHAS ARREDONDADAS; OPÇÃO DE CORPO EM ALUMÍNIO (MAIS LEVE) OU LATÃO (MAIS ROBUSTO); AUTOCLAVÁVEL A ATÉ 135 °C; ALTO TORQUE AXIAL E RADIAL; ROTORES PRECISAMENTE BALANCEADOS, COM 420.000 RPM; PRESSÃO DE AR DE TRABALHO ENTRE 32 E 35 LIBRAS (PSI); EXCLUSIVIDADE SAEVO: MICROBALANCEAMENTO DIGITAL, GARANTINDO VIDA ÚTIL MAIS LONGA. ROLAMENTOS COM ESFERAS DE CERÂMICA ALTO DESEMPENHO DOS ROLAMENTOS, COM NÍVEL DE VIBRAÇÃO ATÉ 7 VEZES MENOR; MAIS QUALIDADE E DURABILIDADE PARA AS TURBINAS; BAIXO RÚIDO DE TRABALHO; FORMATO ERGONÔMICO, COM RANHURAS ANTIDERRAPANTES, CORPO FINO E EXTREMIDADES INCLINADAS; EXCLUSIVO TRATAMENTO ELETROQUÍMICO: ENRIJECIMENTO DA CAMADA SUPERFICIAL QUE GARANTE A DURABILIDADE DA ROSCA. SPRAY TRIPLO QUE REFRIGERA A REGIÃO DE CORTE DA BROCA EM QUALQUER POSIÇÃO DE TRABALHO EVITA O SUPERAQUECIMENTO E REDUZ A POSSIBILIDADE DE ENTUPIMENTO DOS ORIFÍCIOS; CONEXÃO BORDEN (2 FUROS). DUAS OPÇÕES DE FIXAÇÃO DAS BROCAS -PUSH BUTTON: ACIONAMENTO POR BOTÃO NA PARTE DE TRÁS DA CABEÇA, PROPORCIONANDO UMA TROCA DE BROCA MAIS RÁPIDA, PRÁTICA E SEGUIR. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: PRESSÃO DE TRABALHO; MÍNIMA: 220 KPA = 2,2 BAR = 32 PSI; MÁXIMA: 241 KPA = 2,4 BAR = 35 PSI. CONSUMO DE AR: 32 L/MIN; ROTAÇÃO MÁXIMA: 420.000 RPM; TERMINAL DE ENCAIXE; ESTERILIZAÇÃO: AUTOCLAVÁVEL ATÉ 135°C; CORRENTE: 20MA. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.</p>	30	Unidades
6	<p>CANETA DE BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICA - COMPOSTA POR UM CONTRA-ÂNGULO E UM MICRO MOTOR - CORPO EM ALUMÍNIO COM TRATAMENTO ANODIZADO, COM LINHAS ARREDONDADAS; DESIGN ARROJADO, ERGONÔMICO E DE FÁCIL MANUSEIO; RANHURAS ANTIDERRAPANTES; AUTOCLAVÁVEL A ATÉ 135 °C; FÁCIL ACOPLAMENTO, COM SISTEMA INTRA GIRATÓRIO E GIRO DE 360°; PESO IDEAL PARA O MANUSEIO: 49G; PRODUZ BAIXO NÍVEL DE RÚIDO DE TRABALHO; TRANSMISSÃO 1:1; ROTAÇÃO MÁXIMA DE 20.000 RPM; CABEÇA PEQUENA, COM ÂNGULO DA PEÇA DE MÃO DENTRO DOS PADRÕES</p>	30	Unidades

	<p>INTERNACIONAIS; EIXOS MONTADOS COM 6 ROLAMENTOS; SISTEMA PUSH BUTTON OU FRICTION GRIP DE FIXAÇÃO DA BROCA: RESISTENTE À TRAÇÃO, COM ACIONAMENTO POR BOTÃO NA CABEÇA DA PEÇA; UTILIZA BROCAS STANDARD, HASTE TIPO 1; OPÇÃO DE REFRIGERAÇÃO DA BROCA COM SPRAY DE INTERNO: REFRIGERA A REGIÃO DE CORTE DA BROCA EM QUALQUER POSIÇÃO DE TRABALHO, EVITANDO SUPERAQUECIMENTO MICRO - MOTOR -CORPO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO ADONISADO: POSSUI CAMADAS DE ANODIZAÇÃO DURA, GARANTINDO RESISTÊNCIA AOS PROCESSOS DE AUTOCLAVAGEM.* ACOPLAMENTO INTRA (UNIVERSAL): COM GIRO DE 360 GRAUS.* ROTAÇÃO: ATÉ 20.000 RPM* REGULAGEM DA VELOCIDADE E SENTIDO DE GIRO (HORÁRIO OU ANTI - HORÁRIO) NO CORPO DO MICRO MOTOR.* AUTOCLAVÁVEIS ATÉ 135°C.* CONEXÃO: BORDEN (2 FUROS).* ACOPLAMENTO: INTRA (UNIVERSAL), COM GIRO DE 360 GRAUS.* ROTAÇÃO: 5.000 A 20.000 RPM.* PRESSÃO DE TRABALHO (BAR): 2,76 BAR = 275,8 KPA = 40 PSI + - 5%.* CONSUMO DE AR: 52 L/MIN. + - 10%. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.</p>		
7	<p>CANETA PEÇA RETA – EMBALAGEM C/ 1 PEÇA RETA, 1 ADAPTADOR DE REFRIGERAÇÃO E 1 MANUAL OPERACIONAL. FIXAÇÃO DA BROCA: ATRAVÉS DE GIRO DE ANEL; SPRAY ÚNICO EXTERNO: DIRECIONADO PARA A PONTA DA BROCA, GARANTINDO UMA REFRIGERAÇÃO EFICIENTE NA ÁREA DE TRABALHO; CORPO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO ANODIZADO: PROPORCIONA PESO REDUZIDO (APENAS 43 GR); POSSUI CAMADAS DE ANODIZAÇÃO DURA, GARANTINDO RESISTÊNCIA AOS PROCESSOS DE AUTOCLAVAGEM; ACOPLAMENTO INTRA (UNIVERSAL): COM GIRO DE 360 GRAUS; ROTAÇÃO: ATÉ 20.000 RPM; AUTOCLAVÁVEIS ATÉ 135°C; CORES: PRATA ACETINADO; ACOPLAMENTO: INTRA (UNIVERSAL), COM GIRO DE 360 GRAUS; ROTAÇÃO: 5.000 A 20.000 RPM; RELAÇÃO DE TRANSMISSÃO: 1:1; PESO LÍQUIDO: 43 GR; PESO BRUTO: 76 GR; BROCAS: HASTE TIPO 2HP STANDARD; COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.</p>	10	Unidades
8	<p>COMPRESSOR ODONTOLOGICO – ISENTO DE ÓLEO AIR CLEAN 50L 220V, ATENDE ATÉ DOIS CONSULTÓRIOS. QUANDO CONECTADO À ENERGIA ELÉTRICA, PODE LIGAR AUTOMATICAMENTE EM FUNÇÃO DA PRESSÃO DO VAZO DE PRESSÃO ATRAVÉS DO PRESSOSTATO OU ATUAÇÃO DO ELEMENTO DE PROTEÇÃO ELÉTRICA; NÃO ULTRAPASSE A PRESSÃO MÁXIMA INDICADA NA PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO/ADESIVO DO MOTOCOMPRESSOR . COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.</p>	20	Unidades
9	<p>CONTRA ÂNGULO PARA CANETA DE BAIXA ROTAÇÃO - ROTAÇÃO DA MARCA QUE O MUNICÍPIO JÁ POSSUI O EQUIPAMENTO : DENT MED. FIXAÇÃO DA BROCA: ATRAVÉS DE TRAVA (LÂMINA). SPRAY ÚNICO EXTERNO: DIRECIONADO PARA A PONTA DA BROCA, GARANTINDO UMA REFRIGERAÇÃO EFICIENTE NA ÁREA DE TRABALHO. CORPO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO: PROPORCIONA PESO REDUZIDO (APENAS 43 G). TRATAMENTO SUPERFICIAL DO CORPO: POSSUI CAMADAS DE ANODIZAÇÃO DURA, GARANTINDO RESISTÊNCIA AOS PROCESSOS DE AUTOCLAVAGEM. CABEÇA EM LIGA</p>	30	Unidades

	METÁLICA DE COBRE E ZINCO: MAIOR RESISTÊNCIA MECÂNICA A IMPACTOS, COMO QUEDAS OU BATIDAS. ACOPLAMENTO INTRA (UNIVERSAL): COM GIRO DE 360 GRAUS. ROTAÇÃO: ATÉ 20.000 RPM. AUTOCLAVÁVEIS ATÉ 135°C CORES: PRATA ACETINADO. COMPATIVEL COM A MARCA DENT MED. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.		
10	EQUIPAMENTO PORTÁTIL ODONTOLÓGICO DOMICILIAR – 2 – ENCAIXES BORDEM PARA CANETA DE ALTA ROTAÇÃO. 1 – ENCAIXE BORDEM PARA CANETA DE BAIXA ROTAÇÃO. 1 – TERMINAL SUGADOR DE SALIVA. 1 – TERMINAL COM SERINGA TRÍPLICE. 1 – COMPRESSOR DE AR EMBUTIDO ISENTO DE ÓLEO GARANTINDO A NÃO CONTAMINAÇÃO DO AR; VOLTAGEM 220; PESA 22 KG E MEDE 67 CM X 40 CM X 40 CM; COM RODINHA, PUXADOR E MUITO COMPACTA, PRECISA SOMENTE LIGAR NA TOMADA.	3	Unidades
11	EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO 3 TERMINAIS -PARA CANETA DE ALTA, BAIXA E SERINGA TRÍPLICE; SENDO 01 TERMINAL COM SERINGA TRÍPLICE E 02 TERMINAIS BORDEN (PARA ALTA OU BAIXA ROTAÇÃO) ESTES INSTRUMENTOS ATIVOS, NORMALMENTE CHAMADOS DE PEÇAS DE MÃO; ACOMPANHA SERINGA. AS MANGUEIRAS TIPO OBLATE, SEM CANTOS OU ESTRIAS.	15	Unidades
12	FOTOPOLIMERIZADOR – SEM FIO – A BATERIA - 1250 MW/CM²; TEMPOS DE APLICAÇÃO DISPONÍVEIS: 5,10 E 20 SEGUNDOS. LUZ AZUL GERADA POR LED DE ALTA POTÊNCIA (1250 MW/CM²) COM BIP SONORO INDICATIVO A CADA 5 SEG E NO FINAL DA OPERAÇÃO ; TEMPO DE USO CONTINUO: 300 SEGUNDOS; LED INDICATIVO COM BIP SONORO DO TEMPO DECRESCENTE; BIVOLT AUTOMÁTICO, PODENDO SER UTILIZADO EM TENSÕES DE ALIMENTAÇÃO ENTRE 100V – 240V~ (50/60HZ). DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO AO FINAL DO TEMPO SOLICITADO; CORPO DA CANETA CONSTITUÍDO EM ABS; RADIOMETRO INTERNO AUTOMÁTICO. MANTÉM ESTABILIZADA A POTÊNCIA DE LUZ; PEÇA DE MÃO ANATÔMICA PARA MELHOR MANUSEIO; SILENCIOSO, POIS NÃO NECESSITA DE VENTILAÇÃO FORÇADA; ALTO TEMPO DE VIDA ÚTIL DO LED EMISSOR DE LUZ; PONTEIRA DE FOTOPOLIMERIZAÇÃO CONFECCIONADA EM FIBRA ÓTICA ORIENTADA (SEM FUGA DE LUZ), AUTOCLAVÁVEL A 134°C E COM GIRO DE 360°. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	20	Unidades
13	KIT MAÇARICO PORTÁTIL CONTROLE DE CHAMA + 4 REFIL CARTUCHOS; MODELO GT6019; TANQUE DE GÁS BUTANO RECARREGÁVEL; CONTROLE DE FLUXO DE AR; ACENDIMENTO AUTOMÁTICO; TAMANHO DA CHAMA REGULÁVEL; INTERRUPTOR TRAVAR/DESLIGAR.	5	Unidades
14	MANGUEIRA PNEUMÁTICA DE POLIURETANO 8 MM (PU) - COR AZUL; UTILIZADOS EM MEIOS DE OPERAÇÃO DE AR COMPRIMIDO, VÁCUO 6MM PARA USO ODONTOLÓGICO EM COMPRESSOR DIÂMETRO EXTERNO: 4 MM - DIÂMETRO INTERNO: 2,5 MM	500	Metros
15	MANGUEIRA PNEUMÁTICA DE POLIURETANO 6 MM (PU) - COR AZUL; UTILIZADOS EM MEIOS DE OPERAÇÃO DE AR COMPRIMIDO, VÁCUO 6MM PARA USO ODONTOLÓGICO EM COMPRESSOR.	500	Metros
16	MANGUEIRA TRÍPLICE – TRIPLA ODONTOLÓGICA POLIURETANO - MANGUEIRA TRÍPLICE ODONTOLÓGICA POLIURETANO PU COR: CINZA; PRESSÃO: 150 PSI – 10 BAR;	200	Metros

	TEMPERATURA DE TRABALHO: -30°C + 70°C; UNIVERSAL PARA EQUIPOS GNATUS, KAVO, DABI ATLANTE, OLSEN, MZ, CRISTOFOLI, ODONTOBRAS ETC; 3 FUIROS. PARA ÁGUA , AR E SPRAY. SERINGA , CANETA DE ALTA E DE BAIXA.		
17	MICROMOTOR – CORPO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO ADONISADO: POSSUI CAMADAS DE ANODIZAÇÃO DURA, GARANTINDO RESISTÊNCIA AOS PROCESSOS DE AUTOCLAVAGEM.* ACOPLAMENTO INTRA (UNIVERSAL): COM GIRO DE 360 GRAUS.* ROTAÇÃO: ATÉ 20.000 RPM* REGULAGEM DA VELOCIDADE E SENTIDO DE GIRO (HORÁRIO OU ANTI -HORÁRIO) NO CORPO DO MICRO MOTOR.* AUTOCLAVÁVEIS ATÉ 135°C.* CORES: PRATA ACETINADO.* CONEXÃO: BORDEN (2 FUIROS).* ACOPLAMENTO: INTRA (UNIVERSAL), COM GIRO DE 360 GRAUS.* ROTAÇÃO: 5.000 A 20.000 RPM.* PRESSÃO DE TRABALHO (BAR): 2,76 BAR = 275,8 KPA = 40 PSI + - 5%.* CONSUMO DE AR: 52 L/MIN. +- 10%.* PESO LÍQUIDO: 77 GR.* PESO BRUTO: 115 GR. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES .	30	Unidades
18	MICROMOTOR DE BANCADA – PARA USO ODONTOLÓGICO (CONFECCÃO DE PRÓTESE). COM 35.000 RPM; POTÊNCIA: 45W; TENSÃO ELÉTRICA: BIVOLT; TORQUE MÁXIMO: 300 GF-CM / 2,94N; CANETA COM 4 ROLAMENTOS BLINDADOS E VEDAMENTO ANTI-POEIRA (SDE-H37L1); CONTROLE MANUAL DE VELOCIDADE; CHAVE PARA ROTAÇÃO INVERSA; ADAPTADOR PARA CONTRA-ÂNGULO. PEDAL LIGA/DESLIGA E SISTEMA PARA PROTEÇÃO DE SOBRECARGA. SUPORTE DE COMANDO PARA PEÇA DE MÃO.	3	Unidades
19	MINI INCUBADORA - POSSUI TAMPA PROTETORA COLORIDA OU INCOLOR PROPORCIONANDO MAIS SEGURANÇA E HIGIENE; INCUBA ATÉ 6 INDICADORES BIOLÓGICOS SIMULTANEAMENTE.* TEMPERATURA DE INCUBAÇÃO: 60 °C.* TENSÃO: 127/220V BIVOLT, NÃO NECESSITA MUDAR CHAVE DE VOLTAGEM.* FREQUÊNCIA: 50/60HZ.* POTÊNCIA: 10WATTS.* CARENAGEM: PLÁSTICO ABS.* TAMPA: POLIESTIRENO.* DIÂMETRO DO BLOCO: 1,5 POLEGADA.* BLOCO DE AQUECIMENTO – ALUMÍNIO. * DIMENSÕES (MM): 90A X 90L X 90C.* PESO: 0,400 KG. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. INDICADO PARA INCUBAR INDICADORES BIOLÓGICOS AUTOCONTIDOS* UTILIZADOS PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO.	20	Unidades
20	MOTOR ROTATÓRIO ENDODÔNTICO COM LOCALIZADOR APICAL, À BATERIA, LOCALIZADOR ACURÁCIA ACIMA DE 97% *TRABALHO EM CONDUTOS SECOS E MOLHADOS *AUTO CALIBRAGEM *ACIMA DE 5° GERAÇÃO CONTRA ÂNGULO OSCILATÓRIO COMPATÍVEL COM LIMA MANUAL E REDUÇÃO DE 1:16 MOTOR ENDODONTIA ROTATÓRIO E OSCILATÓRIO – MODELO COM LED DE ILUMINAÇÃO; SEM FIO; FUNÇÕES : ROTATÓRIA – RECIPROCANTE – AUTO REVERSO – POLIMENTO E OUTRAS BATERIA DE ALTA CAPACIDADE DE 1050MAH; 09 PROGRAMAS DE UTILIZAÇÃO MODO AUTO -REVERSO -AUTO REVERSO (QUANDO A RESISTÊNCIA É MAIOR DO QUE O TORQUE, A ROTAÇÃO DA LIMA INVERTE -SE AUTOMATICAMENTE E VOLTA O SENTIDO NOVAMENTE ATÉ A RESISTÊNCIA MENOR DO QUE O TORQUE). -PARADA AUTOMÁTICA (QUANDO A RESISTÊNCIA É SUPERIOR AO TORQUE, O EQUIPAMENTO DEIXARÁ DE FUNCIONAR). -AUTO	2	Unidades

	REVERSA E PARADA (QUANDO A RESISTÊNCIA É MAIOR DO QUE O TORQUE, O EQUIPAMENTO IRÁ REVERTER AUTOMATICAMENTE E DEIXAR DE FUNCIONAR). CORTADOR DE GUTA PERCHA. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.		
21	POLIDORA QUÍMICA E PLASTIFICADORA – VOLT 220 – ESTRUTURA TOTAL EM ALUMÍNIO; CUBA EM ALUMÍNIO ANONIZADO; SISTEMA DE AQUECIMENTO POR RESISTÊNCIA ELÉTRICA; CHAVE SELETORA COM POTÊNCIA REGULÁVEL DE 1 A 10; VOLTAGEM: 110V OU 220V (VERIFICAR TENSÃO EM SUA REGIÃO); COR: CINZA CRAQUEADO; 1 EQUIPAMENTO POLIDORA QUÍMICA COMPLETO; 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: 14,5X13 CM (DXA); PESO APROXIMADO DO PRODUTO: 0,6 KG; A POLIDORA QUÍMICA VRC FOI DESENVOLVIDA PARA POLIMENTO POR IMERSÃO DE APARELHOS ORTODÔNTICOS, POSSUI AJUSTE DE TEMPERATURA COM CHAVE SELETORA DE 1 A 10, ONDE PROPORCIONARÁ FUNÇÕES NO EQUIPAMENTO CAPAZES DESDE O AMOLECIMENTO DA GODIVA ATÉ O PRÓPRIO POLIMENTO QUÍMICO, SUA ESTRUTURA É TODA EM ALUMÍNIO PROPORCIONANDO UMA SUPERIOR DURABILIDADE NO EQUIPAMENTO. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	5	Unidades
22	PRESA HIDRÁULICA – UTILIZADA PARA PRENSAGEM DE MUFLAS METÁLICAS OU EM FIBRAS PARA MICRO ONDAS, SISTEMA EUROPEU DE PRENSAGEM PARA ATÉ 3 TON, PRENSAGEM EM APENAS 5 SEGUNDOS LIBERAÇÃO DE PRENSAGEM EM APENAS 2 SEGUNDOS, PRESA CONSTRUÍDA PARA O USO 2 DUAS MUFLAS, POSSUI MANOMETRO DE AFERIÇÃO DE PRESSÃO. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	3	Unidades
23	SELADORA DE GRAU CIRÚRGICO, TIPO MANUAL, COM CAPACIDADE PARA FECHAMENTO DE SACOS POLIETILENO E POLIPROPILENO DE ATÉ 0,20 MICRAS DE ESPESURA, ÁREA DE SELAGEM DE NO MÍNIMO 50 CM (500 MM), COM TEMPORIZADOR E FUNÇÃO SELA E CORTA, COM VOLTAGEM DE 220V. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. APRESENTAR CATÁLOGO. INDICAR MARCA E PRAZO DE GARANTIA.	30	Unidades
24	ULTRASSOM ODONTOLÓGICO - CONTÉM JATO DE BICARBONATO. SISTEMA ELETRÔNICO ACOPLADO A UM TRANSDUTOR PIEZOELÉTRICO QUE TRANSMITE A PEÇA DE MÃO MOVIMENTOS OSCILATÓRIOS CONJUGADOS, ATINGINDO FREQUÊNCIAS NA FAIXA DE 29KHZ A 32KHZ PROPORCIONANDO VIBRAÇÕES PERFEITAS NO PLANO LONGITUDINAL, SEM GERAR CALOR. UTILIZADO PARA ELIMINAR O BIOFILME MINERALIZADO E O NÃO-MINERALIZADO. FACILITA A ELIMINAÇÃO DO CÁLCULO, REDUZ EM 99% A MICROBIOTA DO SULCO GENGIVAL E DA BOLSA PERIODONTAL, O QUE TORNA SEU USO IMPORTANTÍSSIMO NAS ANTISSEPCIAS PRÉ-CIRÚRGICAS EM TODAS AS ÁREAS DA ODONTOLOGIA. RESERVATÓRIO DE LÍQUIDO IRRIGANTE CONECTADO, QUE POSSIBILITA O USO DE LÍQUIDOS ANTISSEPTICOS OU DESINFETANTES PARA IRRIGAÇÃO, OS QUAIS, POR SUA VEZ, ASSEGURAM MELHOR PÓS-OPERATÓRIO; SISTEMA DE CAPAS AUTOCLAVÁVEIS PARA O DISPOSITIVO QUE OFERECE ÀS PEÇAS DE MÃO AUMENTO DA VIDA ÚTIL. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	15	Unidades

25	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA, COM O ÚNICO SISTEMA TANQUE DE TINTA TOTALMENTE LIVRE DE CARTUCHOS. COM TECNOLOGIA, JATO DE TINTA DE 4 CORES, IMPRESSÃO DUPLEX AUTOMÁTICO - VISOR DE LCD TOUCH, TIPOS DE PAPEL SUPOSTADOS: PAPEL SULFITE COMUM, PAPEL FOTOGRÁFICO PARA JATO DE TINTA. ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS (ADF) FUNÇÃO SCANNER, CONEXÕES: USB DE ALTA VELOCIDADE, WIRELESS 802.11B/G/N, WI-FI DIRECT, ETHERNET (10/100MBPS), ACOMPANHA CABO USB, E CABO DE ALIMENTAÇÃO. VOLTAGEM: 220/BIVOLT. (GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES)	1	Unidade
26	MESA IMPRESSORA MICROCOMPUTADOR, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO TUBULAR, ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTADO, MATERIAL TAMPO: MDP, LARGURA: 50 CM, PROFUNDIDADE: 40 CM, ALTURA: 70 CM	1	Unidade
27	NOBREAK 2.2 KVA 2200VA + 2 BATERIAS + RACK PARA BATERIAS	1	Unidade
28	COMPUTADOR (DESKTOP - BÁSICO) ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE. COMPUTADOR DESKTOP COM PROCESSADOR NO MÍNIMO QUE POSSUA NO MÍNIMO 4 NÚCLEOS, 8 THREADS E FREQUÊNCIA DE 3.0 GHZ; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD 240 GB INTERFACE PCIE NVME.2, MEMÓRIA RAM DE 8 GB, EM 2 MÓDULOS IDÊNTICOS DE 4 GB CADA, DO TIPO SDRAM DDR4 2666MHZ MHZ OU SUPERIOR, OPERANDO EM MODALIDADE DUAL CHANNEL. A PLACA PRINCIPAL DEVE TER ARQUITETURA ATX, MICROATX, BTX OU MICROBTX, CONFORME PADRÕES ESTABELECIDOS E DIVULGADOS NO SÍTIO WWW.FORMFACTORS.ORG, ORGANISMO QUE DEFINE OS PADRÕES EXISTENTES. POSSUIR PELO MENOS 1 SLOT PCI-EXPRESS 2.0X16 OU SUPERIOR. POSSUIR SISTEMA DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO DE CHASSIS, COM ACIONADOR INSTALADO NO GABINETE. O ADAPTADOR DE VÍDEO INTEGRADO DEVERÁ SER NO MÍNIMO DE 1 GB DE MEMÓRIA. POSSUIR SUPORTE AO MICROSOFT DIRECTX 10.1 OU SUPERIOR. SUPORTAR MONITORES TENDIDO. POSSUIR NO MÍNIMO 2 SAÍDAS DE VÍDEO, SENDO PELO MENOS 1 DIGITAL DO TIPO HDMI, DISPLAY PORT OU DVI. UNIDADE COMBINADA DE GRAVAÇÃO DE DISCO ÓTICO CD, DVD ROM. TECLADO USB, ABNT2, 107 TECLAS COM FIO E MOUSE USB, 800 DPI, 2 BOTÕES, SCROLL COM FIO. MONITOR DE LED 19 POLEGADAS (WIDESCREEN 16:9) (1920 X 1080 A 60HZ), ENTRADAS DE VÍDEO HDMI E DISPLAY PORT, ÂNGULOS DE VISÃO VERTICAL E HORIZONTAL MÍNIMO DE 178°. INTERFACES DE REDE 10/100/1000 E WIFI PADRÃO IEEE 802.11 B/G/N/AC. SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO (64 BITS). FONTE COMPATÍVEL E QUE SUPORTE TODA A CONFIGURAÇÃO EXIGIDA NO ITEM. GABINETE E PERIFÉRICOS DEVERÃO FUNCIONAR NA VERTICAL OU HORIZONTAL. TODOS OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS (GABINETE, TECLADO, MOUSE E MONITOR) DEVEM POSSUIR GRADAÇÕES NEUTRAS DAS CORES BRANCA, PRETA OU CINZA, E MANTER O MESMO PADRÃO DE COR. TODOS OS COMPONENTES DO PRODUTO DEVERÃO SER NOVOS, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.	1	Unidade

8. Estimativa do valor da contratação

Visando subsidiar a instrução processual, foi realizada pesquisa pelos meios já informados anteriormente, perfazendo uma despesa total estimada R\$ 1.416.376,37 (um milhão quatrocentos e dezesseis mil trezentos e setenta e seis reais e trinta e sete reais).

9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

Entendemos que os serviços atrelados à aquisição dos materiais, objeto da contratação, são diferentes e podem ser fornecidos por diversas empresas, desde que atendidas as exigências do edital, bem como o melhor valor ofertado.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da compra/aquisição pretendida.

11. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações.

12. Providências a serem adotadas

A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização/gestão contratual;
- Definição dos locais onde serão armazenados os equipamentos da CONTRATADA
- Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual.



.....
Assinatura

PATOS
POVO COMPETENTE
PREFEITURA DA GENTE

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 156/2024

Pregão Eletrônico nº 053/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE
PATOS, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E

53

Pelo presente instrumento contratual, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o Nº 09.084.815/0001-70, com Sede na Epitácio Pessoa, nº91, Centro, Patos - PB, representada pela Secretaria Municipal de Saúde, órgão integrante da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Patos, na pessoa do seu Secretário, o Sr. ..., doravante denominada contratante, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por, (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 053/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.0. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE PATOS/PB**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	XXX	UNID.	1	R\$...	R\$...

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação vai até o final do exercício financeiro vigente, contados do assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA(*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **20 (vinte) dias**.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

- 9.4. A entrega será de no prazo máximo de entrega de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da assinatura da ordem de fornecimento/compra, sendo o fornecimento parcelado atendendo as demandas de cada secretária solicitante.
- 9.5. Os bens deverão ser entregues nos endereços conforme requisição de fornecimento/compra.
- 9.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.7. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.10. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.15. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

9.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.21. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 20% do valor do Contrato.
 - (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,05% a 10% do valor do Contrato.
 - (5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
 - (6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.
 - (7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art.

158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato **será extinto** quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato **poderá** ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato **poderá** ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a **extinção** se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de **extinção**, sempre que possível, será precedido:

12.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.1.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.100 Secretaria Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 2039 Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Saúde de Patos - SEMUSA
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.100 Secretaria Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 2041 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Outros Recursos
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 1024 Bloco de Investimento da Rede de Serviços públicos de Saúde de Atenção Primária
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 1025 Bloco de Investimento da Rede de Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 2055 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 2056 Bloco de Custeio das Ações e Serviços

Públicos de Saúde da Atenção Primária - Recursos Próprios
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 2057 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 2058 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada - Recursos Próprios
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 303 1002 2059 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Assistência Farmacêutica
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 305 1002 2060 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 122 1002 2101 Manutenção do Bloco de Custeio das ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS
ELEMENTO DE DESPESA: 4490.52/3390.30

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Fórum de Patos–PB, com exclusão de qualquer outro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Patos/PB, __ de _____ de 2024.

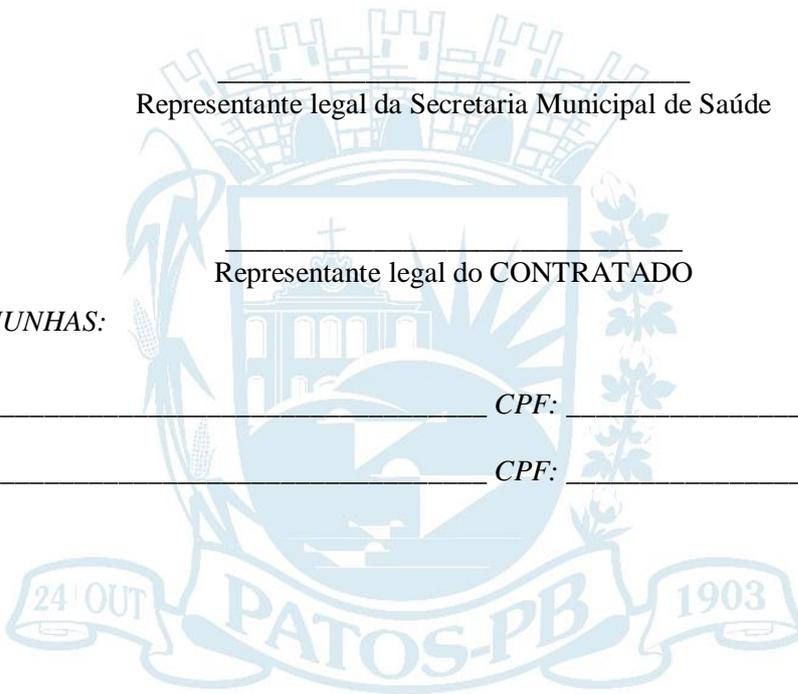
Representante legal da Secretaria Municipal de Saúde

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____ CPF: _____

2- _____ CPF: _____



PATOS
POVO COMPETENTE
PREFEITURA DA GENTE